



■ Presidente p.2

“Esperemos que em 2017 haja mais transparência”



■ PSD p.4

“Era possível fazer bastante melhor que o pouquinho que foi feito”

POVO LIVRE



n.º 1950
4 de janeiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

“QUEREMOS O MELHOR PARA OS PORTUGUESES”



■ Mensagem de Natal do presidente do PSD



“Esperemos que em 2017 haja mais transparência”

Em declarações à imprensa no decorrer do IV Encontro Anual da Diáspora Portuguesa, em Cascais, dia 22, o presidente do PSD afirmou que espera que o atual Executivo “possa cumprir” em 2017 “o Orçamento com mais transparência do que aconteceu em 2016”.

Sobre o valor do défice para o ano corrente, Pedro Passos Coelho reiterou que “tudo aponta para que se possa ficar com um défice inferior ao de 2015” mas, contudo, essa pequena redução foi “conseguida à custa de medidas extraordinárias que não se podem repetir”:

“O meu desejo é que a meta do défice possa ser alcançada porque isso é importante para o país, mas a forma como atingimos essas metas, as escolhas que fazemos também são muito importantes. Eu espero que o Governo aproveite esta oportunidade melhor do que aproveitou em 2016”, destacou.

“Esperemos que pelo menos haja mais transparência, menos opacidade na maneira como as coisas são feitas”, acrescentou.

Comentando a promulgação do Orçamento do Estado para 2017, Passos Coelho destacou que o PSD rejeitou o Orçamento, pois não basta “que as metas para o défice sejam corretas e possam ser atingidas”:

“É verdade que nós votamos contra o orçamento. Para nós não basta que as metas para o défice sejam corretas e possam ser atingidas, interessa sobretudo que a consolidação possa ser efetiva, sustentável. Dito de outra maneira, que não se chegue aos objetivos assim a encolher a barriga, a sustentar a respiração com medidas extraordinárias”, sublinhou.

Solução para os lesados do BES é “uma encenação”

A propósito da solução apresentada esta semana pelo Governo para os lesados do BES, Pedro Passos Coelho foi

claro: “Eu espero que esta solução não envolva riscos para os contribuintes senão aquilo que se está a prometer é um engano”, realçou lamentando ter de comentar um assunto sobre o qual nada se sabe.

“É um vício deste Governo. Faz anúncios, faz encenações, depois dá de forma particular, mas sem assumir a paternidade, informações a órgãos de comunicação social. E depois acha que com isso as pessoas ficam informadas sobre o que se vai passar. Mas não é bem assim, o Governo tem de dizer o que a gente não sabe”, disse.

Para Pedro Passos Coelho, “o Governo não respondeu à oposição nem respondeu aos jornalistas e portanto fez uma encenação”, o que considerou “lamentável”.

Segundo Passos Coelho, seria “muito negativo” que o custo recaísse sobre os contribuintes, porque “os portugueses não têm nenhuma culpa desse processo e portanto não têm nada que pagar por esses processos”.



Mensagem de Natal do presidente do PSD

“Queremos o melhor para os portugueses”



Na tradicional mensagem de Natal, Pedro Passos Coelho afirmou que o PSD não alinha em encenações, pelo que é tempo de “recarregar energias” para depois enfrentar a realidade.

“Não escondemos que temos preocupações e, por isso, entendemos que um país prevenido se defende melhor perante contingências da situação internacional”, expressou o presidente do PSD na mensagem de Natal, divulgada no dia 24 de dezembro.

O líder social-democrata recordou que, estando no Governo ou na oposição, o PSD “preserva os valores de sempre” e mantém “o mesmo sentido de responsabilidade em relação aos interesses do país”, razão pela qual nunca deixará de dizer “o que tiver de ser dito para bem” de Portugal.

“Queremos o melhor para os portugueses e por isso (...) lutamos para corresponder às suas necessidades, anseios, ambições”, sublinhou, observando que, sempre que necessário, emitirão “críticas e alertas”, mas também “propostas para soluções positivas”.

O presidente do PSD realçou que, sendo este um tempo dedicado à família, “é também um tempo de trégua quanto a preocupações”, pelo que se devem viver

estes dias “em espírito de união familiar, com alegria”, com o objetivo de “recarregar energias para quando se tiver de retomar a realidade”.

Uma sociedade civil forte é “a melhor resposta às conjunturas políticas em períodos de incerteza”, e promovendo a união entre as pessoas se poderão enfrentar “os desafios” da atualidade.

“Está sempre nas nossas mãos lutar por aquilo que queremos no nosso futuro, mesmo quando temos de prescindir de alguma coisa no presente para alargar os horizontes no futuro”, considerou.

Mensagem de Natal do presidente do PSD

«Hoje o PSD serve Portugal na oposição. No Governo ou na oposição, somos o Partido que preserva os valores de sempre e mantemos o mesmo sentido de responsabilidade em relação aos interesses do país.

Não dizemos uma coisa no Governo e outra na oposição.

Não alinhamos em ocultações, opacidade e encenações.

Queremos o melhor para os portugueses e por isso, como Partido com provas dadas, lutamos para corresponder às suas necessidades, anseios, ambições.

Nesse sentido, sempre que é necessário, fazemos críticas e alertas mas também apresentamos propostas para soluções positivas.

Somos a favor de uma sociedade civil forte, pois só desta maneira podemos enfrentar os desafios deste tempo complexo mas estimulante. Uma sociedade civil forte é ainda a melhor resposta às conjunturas políticas em períodos de incerteza.

Está sempre nas nossas mãos lutar por aquilo que queremos no nosso futuro, mesmo quando temos de prescindir de alguma coisa no presente para alargar os horizontes no futuro.

Mas sendo este um tempo dedicado à família, é também um tempo de trégua quanto a preocupações. Viver estes dias em espírito de união familiar, com alegria, segundo as tradições da sociedade portuguesa, ajuda a recarregar energias para quando se tiver de retomar a realidade que nos cerca.

Em cada ano que começa, renova-se a esperança num tempo melhor para todos, com mais emprego, justiça social, solidariedade, tolerância e respeito.

No entanto, devemos também ser realistas quando encaramos a sociedade e pensamos no que nos pode oferecer para satisfazer as nossas necessidades básicas, as nossas aspirações para uma vida melhor, as exigências do progresso que desejamos para o nosso País.

Os portugueses podem continuar a contar com o conhecimento, a experiência e o sentido de responsabilidade do PSD.

Não escondemos que temos preocupações e por isso entendemos que um país prevenido se defende melhor perante contingências da situação internacional.

Nunca deixaremos de dizer o que tiver de ser dito para bem de Portugal.

Um Bom Natal e um melhor ano novo para 2017.»





“Era possível fazer bastante melhor que o pouquinho que foi feito”

Numa reação à mensagem de Ano Novo do Presidente da República, o presidente do Conselho Estratégico do PSD, José Matos Correia, afirmou que o caminho seguido em 2016 pelo atual Executivo não foi o melhor para Portugal: “O que nós sempre dissemos e dizemos é que era possível fazer bastante melhor que o pouquinho que foi feito e que as políticas que defendemos e continuaremos a apresentar aos portugueses permitiriam ao país ter um caminho de sucesso muito maior do que o conseguido por este Governo”, afirmou José Matos Correia, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, 1 de janeiro de 2017.

José Matos Correia destacou também algumas notas que foram registadas na mensagem de Ano Novo: 2016 foi gerido no imediato e não a prazo. “Destaco, em particular, a referência que fez à necessidade de o país substituir a gestão no imediato pela gestão a prazo dos problemas fundamentais com que é confrontado. O Presidente da República fez alusão a alguns deles: o crescimento económico anémico com que o país se debate, a questão da lentidão do sistema judicial e a dívida pública, que mantém níveis extremamente elevados”, afirmou o também deputado.

“Se alguns, irresponsavelmente, entraram pelo caminho da crispação, não é esse o caminho que nós temos. O que nós temos é dizer aquilo em que acreditamos e lutar por aquilo que defendemos, mas dentro do respeito pelas regras e princípios democráticos, o que não se pode dizer que tenha acontecido com frequência quando outros estiveram na oposição”, contrapôs.





“Défice só será alcançado com medidas extraordinárias”

O Governo só conseguirá cumprir a meta do défice através de “medidas extraordinárias e irrepetíveis”. Em declarações à imprensa, a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, comentou os resultados do Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), que “permitiram uma receita este ano superior a 500 milhões de euros, o que equivale a três décimas do Produto Interno Bruto.”

Para Maria Luís Albuquerque, “este resultado, a somar-se a todos aqueles que fomos conhecendo ao longo do ano, mostra que o PSD tem razão e teve sempre razão. Aquele que era o cenário macroeconómico original, o Orçamento aprovado na Assembleia da República, não foi cumprido enquanto tal, e nunca permitiria se fosse alcançado um défice inferior ao do ano passado”.

A vice-presidente do PSD recorda que os “resultados que assistimos devem-se a uma redução brutal de investimento público, nunca vista desde a década de 50 do século passado. Com cortes permanentes na despesa pública, nomeadamente nos serviços públicos, com resultados negativos já visíveis na educação e na saúde, mas também em outros sectores dentro da administração pública.”

Destacou ainda que o alcance das metas do défice foi também conseguido com “medidas extraordinárias e irrepetíveis, portanto um plano B, um plano C”.

“É positivo para Portugal que se cumpra a meta do défice mas a meta do défice não é algo para alcançar apenas num ano e é importante que se consiga com medidas sustentáveis”, afirmou.



Maria Luís Albuquerque referiu ainda que “recorrer a medidas de carácter extraordinário põe em causa a consolidação futura”.

A vice-presidente do PSD considera que “o que esta maioria faz é optar por falta de transparência, até de cultura democrática, fingindo que não tem planos B ou C para alcançar os resultados”.



PSD pede intervenção do primeiro-ministro sobre central nuclear de Almaraz

O PSD exigiu a intervenção do primeiro-ministro na decisão do governo espanhol sobre Almaraz que, na prática, prolongará a vida da central nuclear mais 20 anos, alegadamente violando compromissos com Portugal e legislação europeia. “Se o Estado português vê violados os seus direitos no plano da legislação europeia, alegadamente, de uma forma tão gritante, isso exige que a defesa do interesse nacional seja também ela protagonizada pelo seu representante executivo máximo: o senhor primeiro-ministro – o que não aconteceu até ao momento”, veiculou o grupo parlamentar do PSD.

Para os deputados sociais-democratas, que declaram defender o encerramento de Almaraz, “se o ministro do Ambiente do Governo português foi desconsiderado pelo seu homólogo espanhol quando agia em representação do Estado Português”, na construção de um armazém para resíduos nucleares, que prolongará a vida da central em mais 20 anos, “essa desconsideração deve ser interpretada como sendo feita a todos os portugueses”.

É perante essa alegada desconsideração do ministro do Ambiente e também devido a posições passadas, em que “declarou perentoriamente nada estar a fazer no sentido de pressionar o encerramento de Almaraz”, que os deputados do PSD reclamam a intervenção de António Costa.

“Se esse quadro não se alterar somos forçosamente levados a concluir que, para o senhor primeiro-ministro, Almaraz não está, nem nunca esteve, no centro das suas preocupações”, afirmam.

Para o PSD, só “tardiamente” o ministro do Ambiente decidiu “adotar uma atitude mais atuante”, mas “os passos que decidiu encetar se revelaram infrutíferos.”

“O Governo espanhol ao conceder luz verde à construção do armazém para resíduos nucleares na central de Almaraz, (...), permitindo, dessa forma, prolongar o funcionamento da central nuclear por mais duas décadas, aparentemente em desrespeito por compromissos anteriormente assumidos perante o Governo português, revela-nos, também, a evidente falta de peso e de crédito político do senhor ministro do Ambiente no plano internacional”, sustentam.

“Neste quadro, sendo ademais verdadeira a acusação do senhor Ministro do Ambiente que aquela decisão

viola compromissos políticos, mas também a legislação europeia, ao não fazer avaliação do impacto ambiental transfronteiriça, não se compreende, ao fim de todo este tempo, o silêncio e a inação do senhor primeiro-ministro”, sublinham.

O PSD recorda que a central já ultrapassou o seu prazo de vida, de 30 anos, e terminou em 2011, tendo o Governo espanhol aprovado uma prorrogação da sua operação até 2020.

“Ao longo deste tempo já foram reportados 89 incidentes nesta central, sendo que um dos últimos aconteceu em junho deste ano, tendo na sua origem o sistema de refrigeração de um dos reatores”, afirmam.

A situação foi agravada com “o licenciamento da construção de um armazém de resíduos nucleares que permita prolongar a vida útil desta central por mais 20 anos”, frisam.

PSD está preocupado com a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD manifestou-se preocupado com a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e anunciou que vai questionar o Governo sobre os concursos para a contratação de clínicos.

“Pretendemos que o Governo explique de que forma é que estão a ser feitos os concursos e quantos médicos é que são contratados, porque existe um agravamento constante da incapacidade da resposta hospitalar”, declarou Miguel Santos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Na opinião de Miguel Santos, “os problemas no SNS têm sido constantes e agravam-se dia após dia, devido à ausência de uma política do Governo para a área da saúde, com desinvestimento que reduzem a capacidade de autonomia e gestão” dos hospitais.

“São situações que não se podem tolerar, porque são inadmissíveis num país civilizado”, destacou.

De acordo com o deputado, o PSD vai apresentar “um documento para exigir respostas ao Governo, sobre a forma de como estão a ser efetuados os concursos e a contratação de médicos”.

Dívidas a corporações de bombeiros

O PSD interrogou o Governo sobre alegados atrasos no pagamento das dívidas do Estado às corporações de bombeiros, procurando o partido saber que montantes estão em causa e quando é que o seu pagamento será concretizado.

Neste momento, “há instituições com salários em atraso, com viaturas paradas e com processos judiciais por parte de credores porque o Ministério da Saúde deve 25 milhões de euros pelo transporte de doentes e a Administração Interna ainda não regularizou as despesas com o dispositivo de combate a incêndios do verão de 2016”.

Nesse sentido, um conjunto de deputados social-democratas apresentaram várias perguntas aos ministérios da Saúde e Administração Interna sobre o tema: “Para quando está previsto o reembolso às corporações de bombeiros pelas despesas efetuadas na época de combate a incêndios de 2016? Qual o montante em dívida às corporações de bombeiros relativamente à época de incêndios de 2016?”, questionam os parlamentares.

O grupo de deputados - que inclui, por exemplo, Carlos Abreu Amorim, Duarte Marques e Nuno Serra - pretende ainda saber que medidas vai tomar o Governo “para recuperar os prazos de pagamento do transporte de doentes por parte dos bombeiros”.

Os deputados dizem ter feito várias visitas a diversas corporações de bombeiros voluntários por todo o país” e esses contactos, aliados aos relatos que “chegaram ao parlamento”, serviram para constatar o “agravar das dificuldades financeiras em múltiplas associações de bombeiros provocadas pelo atraso nos pagamentos”.

“Segundo apurámos, e apesar destas instituições passarem sempre por algumas dificuldades, a situação tem-se agravado principalmente por duas razões: os atrasos no pagamento dos serviços de transporte de doentes e sobretudo porque as despesas dos incêndios



do verão de 2016, no âmbito do «Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais» não foram ainda totalmente transferidas/pagas para as associações de bombeiros”, advertem os social-democratas.

E concretizam: “Toda esta situação é preocupante e

lamentável sobretudo quando o grande devedor a estas instituições é precisamente o Estado. Mais injusta se torna quando os principais prejudicados são os cidadãos e em seguida associações de voluntários que prestam um serviço importantíssimo ao país”.

Poluição no rio Nabão ameaça Tomar



Os deputados do PSD eleitos por Santarém questionaram o Governo sobre a poluição no rio Nabão, em Tomar, situação que consideram “um verdadeiro atentado que está a colocar em causa toda uma região”.

Numa pergunta entregue no parlamento, os deputados Duarte Marques, Nuno Serra e Teresa Leal Coelho questionam o Ministério do Ambiente sobre que informação possui sobre a situação e qualidade ambiental do Nabão no concelho de Tomar, se conhece “as principais razões e origem da poluição” e que iniciativas está ou irá desenvolver para combater os problemas ambientais no rio.

Os deputados recordam que Tomar tem património classificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência ou Cultura (UNESCO) e que o turismo é uma das principais oportunidades de um concelho “onde a presença do rio Nabão é elemento central da sua geografia e da sua cultura”.

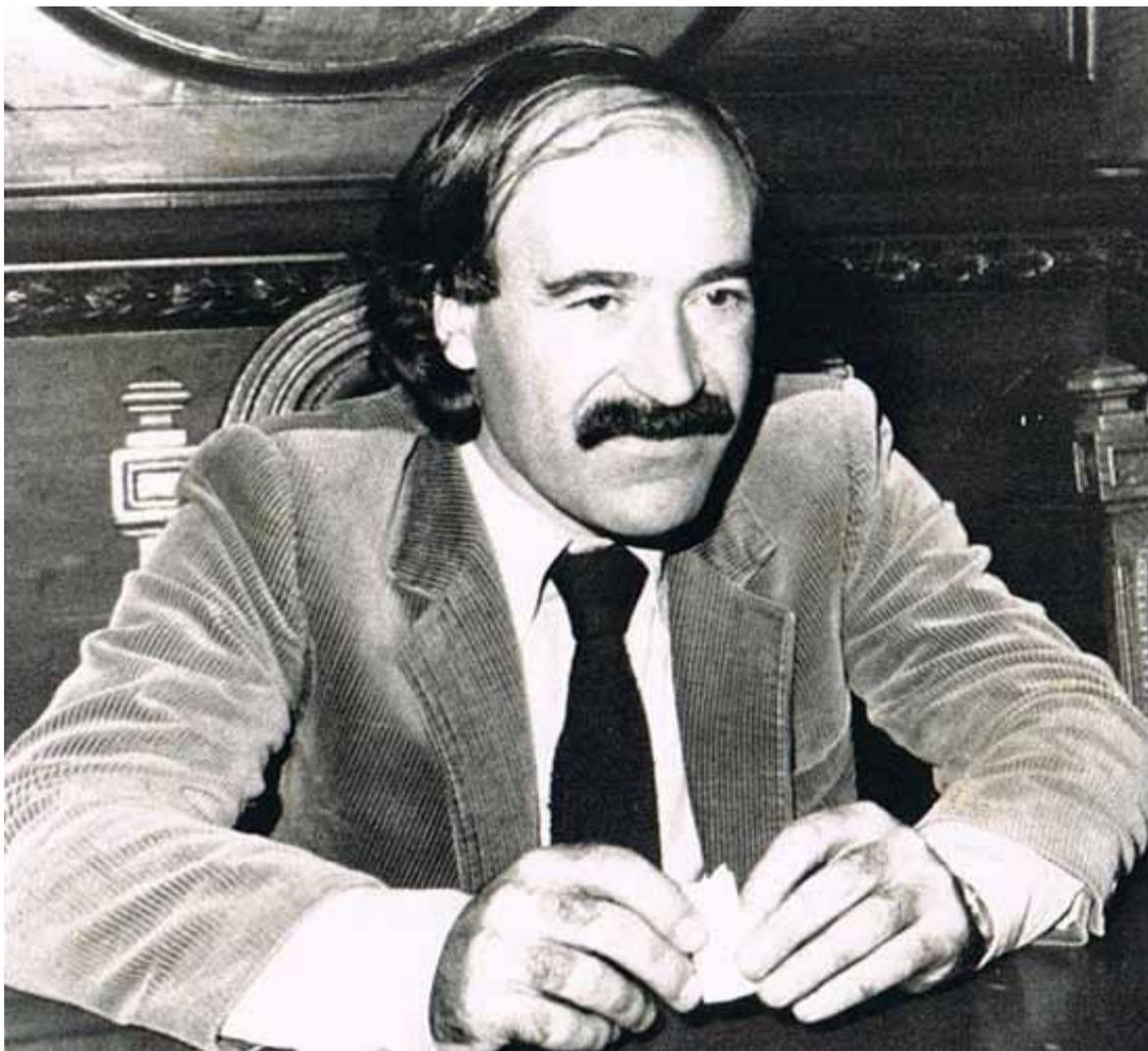
“A ameaça ao rio Nabão é uma ameaça a Tomar, à cultura da cidade e em especial aos cidadãos de Tomar”, afirmam no requerimento. Os deputados declaram estar “sempre ao lado das autoridades e dos cidadãos que queiram de facto combater a poluição, que de forma séria queiram encontrar as razões e focos de tais ameaças, que de forma corajosa queiram punir os responsáveis e que, construtivamente, queiram encontrar soluções e reformas que impeçam que problemas destes se repitam no futuro”.

O requerimento lembra que, “ao longo dos últimos anos, o distrito de Santarém tem estado sob ameaça de diversos problemas ambientais, alguns por culpa própria, mas muitas vezes por fatores externos ao próprio distrito, que têm colocado em causa a sustentabilidade ambiental da região”.

São referidos em concreto os problemas dos rios Tejo e Almonda, e de alguns dos seus afluentes, a que se juntam agora “relatos e evidências de focos de poluição no rio Nabão, em particular no concelho de Tomar”, denunciados por populares, por autarcas dos diferentes partidos e por associações ecologistas junto das autoridades competentes, em particular da Agência Portuguesa do Ambiente.

“A preocupação com o nosso ecossistema não tem ideologia ou partido, é uma causa que deve unir todos os que procuram um futuro sustentável para as gerações futuras”, afirmam os deputados sociais-democratas.

José Silva Marques (1938-2016)



Foi com profunda consternação que o PSD tomou conhecimento do falecimento de José Silva Marques. José Augusto da Silva Marques faleceu no dia 25 de dezembro de 2016, aos 78 anos.

À saída do velório de Silva Marques, na Basílica da Estrela, em Lisboa, o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, evocou a memória de uma “figura importante e marcante”, por quem tinha “grande admiração e amizade”.

“É quase impossível durante toda a década de 1980 e parte da de 1990 não ter presente a figura do doutor Silva Marques como parlamentar e líder parlamentar do PSD. Foi uma pessoa influente durante muitos anos, uma pessoa por quem eu tinha uma grande admiração e amizade. Foi sempre um homem que levou a política com muita convicção e seriedade, apesar de ser uma pessoa de enorme boa disposição”, sublinhou Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho lembrou o “brilhantismo” do antigo presidente da bancada social-democrata no parlamento, recordando os seus “olhinhos pequeninos a brilharem, sempre que intervinha no parlamento” em nome do PSD.

Natural de Porto de Mós, onde nasceu em 07 de novembro de 1938, começou na política no PCP, foi dirigente comunista na clandestinidade e afastou-se do partido antes do 25 de Abril de 1974. A sua experiência na clandestinidade inspirou um livro, “Relatos da clandestinidade - O PCP visto por dentro” (ed. Jornal Expresso), publicado em 1976, que, ao longo de mais de 300 páginas, contou como foi a sua adesão ao partido, o trabalho clandestino e, por fim, a rutura.

José Silva Marques foi, durante quatro anos, de 1976 a 1979, presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós. Aproximou-se do PSD e foi eleito deputado pelo círculo de Leiria, entre 1980 e 1999, e desempenhou o cargo de presidente do grupo parlamentar do PSD.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**



Menor investimento público dos últimos 65 anos revela fracasso da atual governação

O investimento público é um dos maiores fracassos da governação de António Costa, acusou Luís Montenegro, no debate quinzenal, quinta-feira, 22 de dezembro. O líder parlamentar do PSD recordou que com “este Governo se regista o menor investimento público em Portugal dos últimos 65 anos” e criticou o Executivo pelo “descaramento” ao dizer que o anterior Governo PSD/CDS “diabolizou o investimento público”. Mais ainda quando “há estradas por fazer e outras em manutenção. Escolas que fecham, hospitais sem meios e prisões que não têm dinheiro para comprarem alimentação.”

“Vangloria-se de ter agora um défice inferior a 3%. Em quatro anos, passámos de 11,2% para 3%. Agora baixa umas décimas à custa de receitas extraordinárias, como o perdão fiscal, à custa do investimento público”, apontou Luís Montenegro.

No início do debate quinzenal, Luís Montenegro confrontou o primeiro-ministro com o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), que conclui que as reformas laborais realizadas em Portugal, nos últimos anos, estão a ter resultados positivos na evolução do mercado do emprego.

Luís Montenegro questionou o primeiro-ministro se “há ou não intenção do Governo de reverter a legislação laboral como sustentam os seus parceiros, os seus cúmplices de governação do PCP e BE”.

Ainda sobre o relatório da OCDE, o líder parlamentar do PSD sugere que “o que o primeiro-ministro quis dizer foi que a OCDE plantou notícias nos jornais e depois tentou explicar as informações”, sugerindo que a OCDE possa estar a “aprender más práticas” com o Governo português.

O tema da solução encontrada para os lesados do BES foi introduzido no debate pelo presidente da bancada parlamentar do PSD. Luís Montenegro acusou o Governo de “falta de transparência” no processo e lamentou que, uma vez mais, apenas se saiba aquilo que “vem nos jornais” e que nenhum documento tenha sido remetido ao parlamento.



“O Estado, por aquilo que se percebe das notícias, assume os prejuízos dos lesados do grupo Espírito Santo e, independentemente do seu reconhecimento judicial, cria um fundo para pagar exatamente essas verbas, o fundo para pagar vai à banca e endivida-se”, resumiu Luís Montenegro, concluindo que o fundo agora constituído vai aos tribunais como credor do BES e o dinheiro que recuperar abate à dívida bancária que entretanto já contraiu.

“Se o dinheiro não chegar ou se os tribunais não reconhecerem esses créditos ao fundo, pagam os contribuintes, paga o Estado”, alertou o líder da bancada social-democrata.

Luís Montenegro lembra que o atual Executivo sempre teve uma tese “um bocadinho diferente” sobre o que devia ter sido feito em 2014, advogando que “se calhar era melhor não ter deixado cair o BES e emprestar dinheiro ao doutor Ricardo Salgado”.





Acabar com os “obstáculos burocráticos inúteis” da lei da nacionalidade

O PSD apresentou no parlamento um projeto de lei com alterações à Lei da Nacionalidade para “eliminar os obstáculos burocráticos inúteis” à aquisição de nacionalidade por parte de cônjuges e de netos de cidadãos nacionais.

Este projeto de lei tem como objetivo “eliminar os obstáculos burocráticos inúteis, os incidentes dilatórios, a discricionabilidade na condução dos processos, bem como custos de natureza emocional, material e de decomposição familiar que o atual regime potencia nos processos de aquisição da nacionalidade por aqueles que optaram por constituir família com cidadãos portugueses”.

Assim, o PSD propõe que, no caso de netos, seja eliminada da lei a expressão “possuírem efetiva ligação à comunidade”, porque a “efetiva ligação à comunidade decorre da efetiva descendência em segundo grau na linha reta”.

A outra alteração proposta pelo PSD passa por eliminar da lei da nacionalidade a menção “plena” na expressão “adoção plena”, porque a “adoção em Portugal reveste hoje uma única modalidade”.

O projeto de lei apresentado é assinado pelos deputados Luís Montenegro, Carlos Abreu Amorim, Teresa Leal Coelho, José Cesário, Carlos Gonçalves e Carlos Páscoa.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1042 • 25 DE OUTUBRO 1995 • PREÇO 100\$00

Novo Governo dos Açores



Após 2 décadas à frente do Governo Regional dos Açores, assinaladas por profundas mudanças no sentido da modernidade e do desenvolvimento, João Bosco Mota Amaral decidiu renunciar à presidência do Executivo açoriano e à liderança do PSD daquela Região autónoma, indo agora ocupar o lugar de deputado do PSD na Assembleia da República, para que foi eleito nas últimas eleições legislativas.

O sexto Governo Regional dos Açores, chefiado pelo social-democrata Madrugada da Costa, toma posse em Angra do Heroísmo.

A posse foi conferida pelo Ministro da República para os Açores, Mário Pinto, numa cerimónia que decorreu no Solar da Madre de Deus.

O sexto governo açoriano, formado depois da renúncia de Mota Amaral, é constituído na sua maioria por membros do anterior executivo.

António Meneses (secretaria da Saúde e Segurança Social), Jaime Medeiros (Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações),

Gaspar da Silva (Juventude, Comércio, Indústria e Energia) e Adolfo Lima (Agricultura e Pescas) são os secretários que transitam.

Os novos membros deste governo são: Berta Cabral (Finanças, Planeamento e Administração Pública), Manuel Azevedo (Turismo e

Ambiente) e Bento Barcelos (Educação e Cultura).

Substituem, respectivamente, Bastos e Silva, Eugénio Leal e Aurélio da Fonseca.

As subsecretarias da Comunicação Social e Cooperação Externa não são providas de titulares, passando para a alçada do presidente do governo.

Candidatura de Cavaco Silva

Vagas de adesões também no Porto e Coimbra



Lisboa está pior, seis anos depois

A necessidade de uma Agenda Reformista

Pedro Passos Coelho (*)



Tenho procurado chamar a atenção para a importância de ser realista na abordagem das questões políticas, económicas e sociais. O otimismo e o pessimismo traduzem, sobretudo, estados de espírito que nem sempre ajudam a encontrar as melhores soluções. A abordagem realista tem a vantagem de nos permitir perceber melhor o nosso ponto de partida, o que, só por si, ajuda a estabelecer um nível de ambição que seja percecionado como plausível e a melhorar o nível de adequação das respostas políticas aos problemas que enfrentamos.

De acordo com esta abordagem realista, Portugal precisa de aproveitar melhor algumas vantagens da envolvente macroeconómica europeia e global e de aumentar a sua resiliência às incertezas políticas externas. Em ambos os casos, o tempo começa a não estar tanto a nosso favor como já esteve.

Depois de termos sido bem-sucedidos ao fechar um programa de resgate externo e de apresentarmos uma recuperação económica razoável, precisávamos de intensificar o ritmo de crescimento da nossa economia, de melhorar significativamente o nível de emprego e de geração de rendimento e também de consolidar e acelerar um caminho de desendividamento sem o qual não se garante um nível de financiamento externo compatível com as possibilidades da nossa economia. Porém, o País tem vindo a desaproveitar as vantagens da política monetária europeia, que produziu custos de financiamento público e privado historicamente muito baixos, sobretudo na área do euro, favorecendo, junto dos que se souberam posicionar, como a Irlanda e a Espanha, por exemplo, a substituição de dívida mais cara por outra mais barata e a mais longo prazo, e facilitando o crescimento da economia e do emprego. Por outro lado, não soubemos tirar partido suficiente das oportunidades associadas a um regime de petróleo mais barato, aproveitando termos de troca mais favoráveis para suportar um aumento das importações dirigidas para o investimento produtivo ou para impulsionar ganhos de quota de mercado no exterior.

O problema temporal coloca-se agora porque em nenhuma destas duas situações se espera que os anos que temos pela frente sustentem o mesmo nível de oportunidade, que é como quem diz, o tempo não volta para trás e cada vez temos menos tempo para tirar partido das referidas vantagens.

Por outro lado, em vez de melhorar a resiliência nacional face a riscos e incertezas externas, o País voltou a uma fase de maior vulnerabilidade que nos fragiliza perante choques externos. Ora, perante acontecimentos como os que estamos a observar, quer na Europa, quer no mundo, e que apontam para alterações nos equilíbrios conhecidos, aqueles que não se impõem pela força ou dimensão económica, como é o nosso caso, devem, tanto quanto está ao seu alcance, estar preparados e criar espaço adequado para lidar com essas alterações sem ter de pagar um preço muito elevado pelos ajustamentos que tenham de fazer. Mas, mais uma vez, a nossa agenda nacional esteve mais voltada para o cumprimento dos equilíbrios internos da maioria de governo do que para a prevenção de riscos futuros. É caso para dizer, inclusivamente, que a atenção dada à agenda interna implicou uma diminuição da nossa resiliência externa.

Claro que 2016 também trouxe boas notícias e notoriedade que ajudam o nosso ego nacional. Mas o futuro não é disso que trata. Quem quer semear para futuro e colher bons resultados tem de orientar as suas prioridades de modo diferente do que temos vindo a observar em Portugal, invertendo as políticas de navegar à vista e preparando uma estratégia de médio e longo prazo que faça sentido. Deixando de lado a encenação mediática e o eleitoralismo, e apostando na transformação séria e mobilizadora da estrutura social e económica.

Já desperdiçamos demasiado tempo. O que precisamos agora é de enterrar as políticas de reversão, esperando que as que foram realizadas não nos venham a sair demasiado caro, e de colocar em cima da mesa uma agenda reformista que relance a ambição para ter um crescimento significativamente maior e para sustentar uma participação europeia de primeiro plano que nos ajude a ter mais projeção e resiliência no plano global. Se não o fizermos de forma rápida e decidida poderemos ter perdido tempo demais e estaremos a estreitar muito as nossas possibilidades de escolha no curto e no médio prazo, se não mesmo a correr o risco de baixar de divisão no campeonato do progresso e do desenvolvimento.

A ambição, como sempre, não está na facilidade nem na demagogia, está antes na coragem para lutar pelo que pode ser difícil mas que vale a pena. Os Portugueses sabem que, mesmo estando na oposição, o PSD continua a escolher o que é importante para Portugal, numa atitude de responsabilidade de que não abdicamos. Por isso não aceitamos ser cúmplices desta política governativa nem nos calamos perante as escolhas erradas que têm estado a ser feitas. Continuaremos coerentes.

(*) Presidente do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Águeda, para reunir, no próximo dia 15 de Janeiro de 2017 (domingo), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, nº 9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Dar parecer, de acordo nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, sobre o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Águeda, nas próximas eleições autárquicas

2 - Outros assuntos de interesse

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canidelo, para reunir, no próximo dia 04 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede da Junta de Freguesia de Canidelo, sita na Rua António Ferreira Braga Júnior, 358, Canidelo - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição do Núcleo de Canidelo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues na sede da Secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, à Presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório do Centro de Apoio Empresarial de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política

2 - Outros assuntos

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo de Paiva, para reunir, no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 20h30, na sede, sita em Sobrado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Orçamento e plano de actividades para 2017

2 - Análise da situação política concelhia

3 - Processo eleitoral autárquico 2017:

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação e aprovação das contas da Secção referentes ao ano de 2016

2 - Apresentação e aprovação do Orçamento da Secção para o ano de 2017

3 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f), do nº 2, do artigo 53º dos Estatutos do PSD

4 - Análise da situação política

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção da Moita para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2017 (sábado) pelas 15h00, na Rua José Afonso nº 22, - Moita com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Autárquicas 2017 - Aprovação de estratégia autárquica

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 17h00 no Auditório Municipal de Feiras e Exposições (AGRIVAL), sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Discussão e votação do orçamento para 2017

2 - Discussão e votação do relatório de contas de 2016

3 - Análise da situação política

4 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 12 de Janeiro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h15, no Auditório Horácio Marçal - Junta de Freguesia de Paranhos, sito na R. Álvaro Castelões, 811, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do art.º 53º dos Estatutos do PSD

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação e votação das contas da Secção relativas ao ano de 2016

2 - Eleições Autárquicas 2017

3 - Análise da situação política nacional e local

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Foz Côa, para reunir, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição dos órgãos de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

- Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00

na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apreciar e deliberar sobre as contas de 2016

2 - Apreciar e deliberar sobre o orçamento de 2017

3 - Apreciar e deliberar sobre o perfil do candidato do PSD às eleições autárquicas 2017

4 - Análise da situação política nacional e autárquica

5 - Outros assuntos

VILA REAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 16h00 no Auditório da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos



FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Concelhia da JSD de Faro, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 17 horas, na Sede do PSD/Algarve, sita Rua Frei André Alvares, Nº 56, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Faro.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19horas (período mínimo de 2 horas). As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Pinhel para reunir na Casa do Povo de Pinhel no próximo dia 4 de Fevereiro (sábado) às 14h00m, na Casa do Povo de Pinhel, sita Rua Machado dos Santos, Pinhel com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Pinhel.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Pinhel ou a quem estatutariamente o substitua até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na Rua Marechal Gomes da Costa nº1, tendo em conta a falta de condições para o efeito na sede do PSD de Pinhel.

As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 16h00m, na primeira morada citada.

ERRATA

II CONSELHO DISTRITAL DA JSD LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se o Conselho Distrital de Lisboa para reunir dia 31 de Janeiro, pelas 21h, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, sito na Av. Francisco Sá Carneiro, nº17, Urbanização Moinho das Antas, 2780-241 Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD;

Convocatórias

- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Informações;
- 4 – Outros assuntos.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 23h59 do terceiro dia anterior à data das eleições ao Presidente do Conselho Regional ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, sita na Praça S João Bosco, 3B, em Lisboa; As listas devem obedecer ao rateio disponibilizado pelos serviços do PSD;

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23h.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de S. João da Pesqueira para o Plenário a realizar no próximo dia 4 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 19 horas, na Sede da União das Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões, sita na Rua Afonso Leão III, com a seguinte ordem de trabalhos:~

Ponto Único: Eleição da Mesa e da Comissão Política Concelhia da JSD S. João da Pesqueira.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD de S. João da Pesqueira ou a quem

estatutariamente o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 21h00.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro (sábado), entre as 17 horas e as 20 horas, sita na Sede do PSD Viseu Rossio No 14 2 o andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD Viseu

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (8 de Fevereiro), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.